Os sentidos discursivos sobre a velhice produzidos pelos partidos políticos em seus *sites*: empoderamento ou silenciamento?[1]

Sérgio Roberto Trein[2]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Resumo
Há um crescimento bastante grande da população com 60 anos ou mais no Brasil. Para 2050, por exemplo, para cada cinco pessoas no país haverá um idoso. É uma transformação social muito significativa. Como os partidos políticos brasileiros têm se posicionado em relação a isso? Dessa questão surge o objetivo do estudo: compreender quais os sentidos discursivos produzidos pelos partidos políticos, em seus *sites*, sobre as pessoas idosas. Para responder à pergunta, inicialmente, analisamos os *sites* dos trinta partidos políticos brasileiros registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para verificar a existência ou não de estatutos ou programas partidários. Na sequência, com o suporte metodológico da Análise de Discurso, procuramos identificar se através desses documentos os partidos promovem o empoderamento ou o silenciamento dos idosos.

Palavra-chave: discurso; partidos políticos; pessoas idosas; empoderamento; silenciamento.

Introdução

O envelhecimento populacional mundial está prestes a se tornar uma das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais em todos os setores da sociedade. Na verdade, esse fenômeno já vem ocorrendo em escala progressiva há algumas décadas. Conforme o Relatório de Progresso sobre a Década do Envelhecimento Saudável das Nações Unidos 2021-2023 (2024), em todo o mundo, a população com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente do que todos os outros grupos etários. O percentual desse aumento tem sido na ordem de 3%. Em 2017, por exemplo, estimava-se que havia mais de 932 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no planeta, o que representava 13% da população global. Ainda com base no Relatório das Nações Unidas, a previsão é de que o número de idosos no mundo deve dobrar até 2050 e mais que triplicar até 2100.

[1] Trabalho apresentado no GP Publicidade e Propaganda, do 26º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutor em Comunicação, professor do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: sergiotrein@gmail.com.

No Brasil, essa perspectiva de expansão não tem sido diferente. Como afirma Camarano et al. (2016), em 1980, a quantidade de pessoas idosas no país representava 6,1% do total da população. Em 2010, trinta anos mais tarde, esse percentual passou para 11%. De acordo com as projeções, para 2050, para cada cinco pessoas no Brasil haverá um "velho". Com isso, pela primeira vez, teremos mais pessoas idosas do que crianças menores de 15 anos (Camarano et al, 2016). A expansão desse segmento etário tem consequências em toda a sociedade. Principalmente, no campo político.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2022, as pessoas acima de sessenta anos representavam 21% de todo o eleitorado brasileiro. O que equivalia, na época, a quase vinte e oito milhões de pessoas no país. Ou ainda: um quinto dos eleitores aptos a votar. Porém, como aponta o próprio TSE, no ano de 2026, o Brasil já passou de 28 milhões de pessoas 60+ para 36 milhões. O que antes representava o índice de 21% do eleitorado brasileiro, hoje atinge a marca de 23,2%. Quando ampliamos o recorte temporal e partimos de 2010 para março de 2026, percebemos que o crescimento é mais surpreendente ainda: o número de brasileiros considerados idosos e aptos a votar cresceu 74%.

Isso se refletiu diretamente no comparecimento, no dia da eleição. Em 2022, 21,6 milhões de eleitores com 60 anos ou mais compareceram ao primeiro turno, o que corresponde a 65,5% dos aptos, neste segmento etário. Entre aqueles de 60 a 69 anos, cuja participação é obrigatória, o índice chegou a 85,7%, acima até mesmo da média geral de 79,1% registrada no mesmo pleito. Já entre os eleitores com mais de 70 anos, para quem o voto é facultativo, o comparecimento foi de 41,1%, em 2022 (TSE). Outro dado interessante, conforme o Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral, foi a queda da abstenção entre as pessoas idosas. De 63,6%, em 2014, passou para 58,9%, em 2022. Um índice bem diferente do público abaixo de 60 anos, em que a abstenção aumentou.

E como esses números repercutem na própria política? No caso deste estudo, tornamos a pergunta de maneira mais específica: como esses crescimentos repercutem nos *sites* dos partidos políticos, nas propostas partidárias? A justificativa desta escolha deve-se ao fato que os partidos políticos são um dos atores políticos que exercem influência sobre as decisões coletivas e em relação ao funcionamento do sistema político. Entre os seus objetivos, por exemplo, está a função de promover a participação cidadã.

Portanto, a formulação mais precisa da pergunta é: quais os sentidos discursivos atribuídos à velhice nas propostas partidárias disponibilizadas nos *sites* dos partidos políticos brasileiros? Para isso, porém, estabelece-se uma nova questão: será que existe, de fato, essa construção discursiva no sentido de promover a cidadania, o empoderamento social e o engajamento político do público 60+ ou o que se verifica, na verdade, é um silenciamento em relação às pessoas idosas?

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, no Brasil, atualmente, existem trinta partidos políticos registrados e aptos a disputar as eleições. Para tentar responder às questões apresentadas acima e, sobretudo, à proposta principal da investigação, que é o de compreender quais os sentidos discursivos produzidos pelos partidos políticos em seus *sites*, em relação às pessoas idosas, se de empoderamento ou de silenciamento, alguns objetivos específicos precisam ser cumpridos. São eles: verificar se todas as agremiações políticas registradas no TSE possuem de fato um *site*; se dentro desse *site* existem diretrizes ou propostas partidárias; e, por fim, identificar os sentidos atribuídos à velhice ou às pessoas idosas por cada um dos partidos.

Do ponto de vista teórico e conceitual, o estudo centra-se nas definições de representação política, empoderamento e silenciamento. Já como suporte metodológico, a pesquisa terá como base a análise documental e a Análise de Discurso, de linha francesa.

Os partidos políticos e sua representação na defesa do interesse público

De forma direta e objetiva, a expressão ‘interesse público’ refere-se a tudo aquilo que esteja relacionado ao bem comum. Entretanto, como afirmam Baldissera, Sartor e Rossato (2016), pode-se entender que o conceito possui possibilidades de abrangência diversas. Em uma primeira perspectiva, em uma determinada comunidade política, composta de indivíduos e grupos sociais diferentes, poderia significar simplesmente o interesse da maioria? Ou ainda, segundo os autores, por conter uma noção abstrata, seria algo impossível de definir e, neste sentido, haveria um prejuízo maior aos grupos sociais minoritários? Seria o interesse público antagônico aos interesses privados, argumentam Baldissera, Sartor e Rossato (2016)? Ou meramente um discurso de legitimação de quem se apresenta como defensor da sociedade, mas que na verdade estaria à frente do interesse das elites econômicas, políticas e culturais, questionam os autores?

Em qualquer uma das dimensões – e, eventualmente, em outras que possam ser mencionadas – o interesse público é uma operação colocada em ação por meio dos diversos atores políticos, que transitam em uma sociedade. De acordo com Wolton (1998), atores políticos são os personagens que interagem na formação da agenda política, podendo ser tanto da ordem governamental ou da sociedade civil. São considerados atores políticos as instituições formais, como os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e os partidos políticos; as instituições informais, compostas pelas bancadas parlamentares dentro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; as instituições políticas da sociedade civil, formadas pelos sindicatos e conselhos profissionais, além dos movimentos sociais; as organizações não governamentais; as organizações relacionadas ao processo político, como os meios de comunicação e as empresas de pesquisa; as organizações privadas e a sociedade em geral.

Todos esses atores políticos têm o papel de representar a sociedade. Este modelo de sistema representativo surgiu a partir daquilo que Stuart Mill (1981) denominou de governo representativo. O autor defendia a ideia de que o melhor governo para as sociedades modernas seria a democracia representativa, em que os cidadãos elegeriam os seus representantes para tomar decisões políticas em seu nome. O pensamento de Mill (1981) não era apenas administrar o Estado de forma eficiente, mas também promover o desenvolvimento intelectual, moral e cívico dos cidadãos, conciliando liberdade individual, participação política e bom governo.

Todo esse 'desenho' de democracia representativa, como afirma Manin (1995), teve origem nas instituições políticas derivadas das revoluções inglesa, americana e francesa, que acabaram dando centralidade ao papel das eleições como mecanismo de seleção dos representantes. Conforme o autor, um dos requisitos desde modelo de democracia representativa seria a presença de partidos organizados, pois os candidatos aos cargos políticos deveriam ser escolhidos conforme sua organização partidária e a eles permanecerem vinculados após eleitos.

Além de estimularem a participação cidadã, como foi mencionado anteriormente, os partidos políticos também têm a função de promover a educação para a cidadania, como aponta Matos (2011). Essa tarefa de desenvolver a educação para a cidadania é um processo de formação das pessoas para que participem da vida em sociedade de forma consciente, responsável e ativa. Ela envolve aprender sobre direitos, deveres, convivência

democrática, respeito às diferenças, ética, participação política e responsabilidade social, para que os indivíduos tenham consciência do que é viver em comunidade e contribuir para o bem coletivo. É um tema amplamente discutido por autores como Jean-Jacques Rousseau, Émile Durkheim, Hannah Arendt, Paulo Freire, entre outros.

Especificamente para Paulo Freire (1985), quando educamos alguém para a cidadania, estamos empoderando essa pessoa. Segundo o autor, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por sim mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer. Desta forma, como afirmam Schiavo e Moreira (2005), cria se uma figura política de centralidade do sujeito e de seu meio. Wallerstein e Berstein (1994) identificam três dimensões do que seria propriamente o termo.

Primeiro, para os autores, podemos considerar o empoderamento uma questão individual, quando diz respeito ao aumento da capacidade dos indivíduos em se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas. A segunda interpretação possível seria o empoderamento organizacional, mais relacionada ao processo de trabalho e cujo objetivo seria a delegação do poder de decisão, a autonomia e a participação dos funcionários na administração das empresas. E a terceira compreensão do termo é o empoderamento comunitário, que se refere à conquista plena dos direitos da cidadania, à defesa dos seus direitos e à influência em ações desenvolvidas pelo Estado.

O empoderamento, de acordo com Wallerstein e Berstein (1994), fortalece a participação política porque pessoas mais informadas, organizadas e conscientes de seus direitos tendem a participar mais ativamente dos processos democráticos. Ao mesmo tempo, a participação política pode gerar empoderamento, pois permite que grupos historicamente excluídos conquistem representação, voz e influência nas decisões públicas. De maneira mais específica, como no caso desta pesquisa, o empoderamento das pessoas idosas na política é importante por vários motivos, como indicam Beauvoir (1990), Camarano et al. (2016) e Kalache (2025):

- Representação de interesses: todo grupo social tem os seus interesses próprios. Não é diferente com as pessoas idosas, em assuntos como aposentadoria, saúde, acessibilidade, transporte, proteção social, entre outros. Quando temas como esses tornam-se presentes na política, ajudam a garantir melhores resultados nas políticas públicas.

- Fortalecimento da democracia: com base na definição de Mill (1981), vista anteriormente, a inclusão das pautas relacionadas às pessoas idosas amplia a diversidade de políticas públicas mais representativas.
- Combate ao etarismo: a imagem das pessoas idosas sempre esteve presente em várias narrativas da televisão, representando personagens de velhos e avós, em diferentes contextos socioculturais. Em especial, essa presença se tornou mais comum em novelas e programas humorísticos. E, quase sempre, as imagens continham um caráter negativo e uma atitude desrespeitosa com as pessoas idosas, acentuando os estereótipos da dependência física e afetiva, da insegurança e do isolamento. Ou, ainda, de forma irônica, em que a teimosia, a tolice e a impertinência das pessoas idosas apareciam como principais temas (Silva e Xavier, 2012).
- Defesa de seus direitos e maior participação nas decisões políticas: quanto mais forem empoderadas, mais as pessoas idosas poderão acompanhar a implementação de políticas voltadas ao envelhecimento digno e, em especial, contribuir com as futuras gerações. E, inclusive, participar das eleições na condição de candidatos.

Sem esse empoderamento, portanto, a velhice e suas necessidades acabam sendo silenciadas.

Empoderamento ou silenciamento?

O primeiro passo para o processo de análise é a pesquisa documental. Como afirma Moreira (2005), o processo compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. É uma técnica cujas fontes são de origem secundária, pois são informações já reunidos ou organizados em determinada plataforma ou arquivo. No caso deste estudo, a investigação documental esteve alinhada a dois objetivos específicos, apresentados no capítulo de introdução. Ou seja: a) verificar se todos os partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral possuíam um *site*; b) identificar se dentro desse *site* existia uma aba descrita como estatuto, diretrizes ou propostas partidárias. De todas as agremiações políticas, apenas o Agir – Partido dos Autistas, não possui *site*. Foi encontrada somente uma rede social (Instagram), em que ali constam o estatuto do partido, regras de filiação e condutas internas exigidas dos filiados.

Posteriormente a isso, em um segundo passo, atendendo a mais um objetivo específico, procuramos identificar os sentidos atribuídos à velhice ou às pessoas idosas por cada um dos partidos. Para isso, torna-se fundamental o emprego da Análise de Discurso (AD). De acordo com Orlandi (2000, p. 15), "a Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso [...] como uma prática da linguagem". Na AD, segundo a autora, procura-se compreender a língua fazendo sentido, do ponto de vista simbólico. Por isso, a Análise de Discurso leva em conta, também, as condições de produção da linguagem e os contextos em que se produz esse dizer. Ou seja, relaciona a linguagem a sua exterioridade, completa Orlandi (2000).

Ainda com base no pensamento da autora, para a Análise de Discurso não se trata apenas de transmissão de informação. Mais do que isso, no funcionamento da linguagem ocorrem diversos processos de identificação de sujeitos, de argumentação, de construção da realidade, de inferência dos contextos etc. É o que Charaudeau (2008) define como uma situação de comunicação, na qual torna o ato de linguagem em uma encenação. Na perspectiva do autor, a encenação envolve um 'eu' produtor do ato de linguagem e um 'tu' interlocutor desse ato de linguagem. Porém, nesse ato de linguagem, o 'tu' destinatário é um sujeito fabricado pelo 'eu' como o destinatário ideal.

Outro aspecto apresentado por Charaudeau (2008) em relação à AD, é que a Análise de Discurso procura compreender as múltiplas dimensões envolvidas em um ato de linguagem. E aí pode ser incluído tanto aquilo que é dito, como também os não-ditos. De acordo com Orlandi (2000), os não-ditos são os sentidos que não aparecem explicitamente no enunciado, mas que estão presentes como condição de produção do discurso. O silêncio, na perspectiva da Análise de Discurso, como afirma Orlandi (2007), significa algo em si mesmo. Ele jamais é a ausência de discursos. Existe um sentido no silêncio. Ele não se apresenta como a falta, mas como um lugar que permite à linguagem significar.

Na perspectiva de Orlandi (2000), o sujeito que se apoia no silenciamento o utiliza como uma política de sentido, como forma de promover um deslocamento. Para tanto, como explica a autora, o silêncio funciona de duas maneiras: por meio do silêncio fundador e através da política do silêncio. O sentido fundador se refere à incompletude dos sentidos e da linguagem, pois "para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um

silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando" (Orlandi, 2007, p. 69). Já a política do silêncio, também denominada como silenciamento, diz respeito ao que pode e ao que não pode ser dito em uma formação discursiva, seja pelo silêncio constitutivo ou pelo silêncio local.

Segundo a autora, o silêncio local é a censura ou a interdição do dizer. Por esse tipo de silenciamento, proíbe-se que certos dizeres circulem em uma determinada formação social. Pelo silêncio constitutivo, prossegue a autora, é aquilo que se deixa de dizer. O que é descartado do dito. É o que foi excluído propositalmente. No caso específico deste estudo, o silenciamento como uma dimensão constitutiva do discurso político em relação às pessoas idosas é uma das hipóteses da pesquisa. Ou seja, de pensar que uma das maneiras de representação social das pessoas idosas pelos partidos políticos possa estar associada a esse silenciamento.

Excluindo-se o Agir – Partido dos Autistas, mencionado antes, por não ter um *site*, todos os demais possuem. O partido Missão sequer estatuto tem em sua plataforma. A mesma coisa ocorre no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). No partido Rede, o *link* correspondente ao estatuto estava indisponível, sem acesso. Já nos *sites* do Partido da Mobilização Nacional (PMN), do Podemos, do Partido Democracia Cristã (DC), do Partido Renovação Democrática (PRD), do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), do partido União Brasil, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do Partido Liberal (PL) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi possível identificar a presença de um estatuto. Porém, apenas com regras gerais dos partidos, tais como filiação, condição para candidatura, direitos e deveres etc.

No caso dos partidos Avante, Cidadania, Democrata, Progressistas e Unidade Popular (UP), verificou-se a existência de programas partidários extremamente genéricos, tais como garantir uma saúde de qualidade, mais proteção aos cidadãos, moradias dignas, entre outros. Sem entrar em detalhes, explicar melhor ou, principalmente, apresentar propostas de como atender a essas demandas. No *site* do Partido da Causa Operária (PCO), ao invés de programas ou diretrizes partidárias, estão disponíveis o que o Partido denomina de textos programáticos, compostos por artigos e documentos políticos e sociais de cunho marxista.

Há um terceiro grupo de agremiações políticas em que os programas partidários estão presentes. Neles, o Novo possui o que o partido chama de caderno de propostas,

mais focado em políticas de investimentos financeiros. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) prioriza a juventude, o feminismo, os movimentos negros e a identidade de gênero. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) coloca-se em favor da proteção do meio ambiente e da emancipação das mulheres. O Partido Social Democrático (PSD) demonstra diversas preocupações sociais, mas nenhuma relacionada às pessoas idosas. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) elenca como principais temas de preocupação a infância, a desigualdade social, a maior participação das mulheres, o respeito e o fim do preconceito às populações negras e indígenas, a defesa do meio ambiente e a preservação da soberania. O Partido Verde tem sua causa voltada ao meio ambiente. O Republicanos volta-se à defesa da família.

Em nenhum deles, porém, há qualquer menção às pessoas idosas. Esse tema está presente em somente quatro partidos políticos: no Partido Socialista Brasileiro (PSB), no Partido dos Trabalhadores (PT), no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e no Solidariedade. Ao todo, contabilizamos onze sequências discursivas. No PSOL, entretanto, a Sequência Discursiva (SD) 01 é a seguinte: "maior proteção às crianças, aos idosos e aos deficientes". Ou seja, não há uma centralidade na figura do idoso. Ao contrário disso, as pessoas 60+ são vistas de maneira estereotipada, sob a perspectiva da dependência física e afetiva, da insegurança e do isolamento.

No estatuto do Partido dos Trabalhadores é possível identificar a presença da figura das pessoas idosas na sequência discursiva 02:

> SD 02: combater todas as manifestações de discriminação em relação à etnia, aos portadores e às portadoras de deficiência física, aos idosos e às idosas, assim como qualquer outra forma de discriminação social, de gênero, de orientação sexual, de cor ou raça, idade ou religião.

Ao relacionar "os idosos e idosas" à necessidade de proteção e a não discriminação, assim como no caso do PSOL, o PT também inscreve esse segmento etário em uma condição de fragilidade e da dependência física. Não os empodera. Não os coloca em uma situação de centralidade. Não os coloca como protagonistas.

No Partido Socialista Brasileiro já é diferente dos dois anteriores. Em seu programa partidário, o PSB apresenta um capítulo específico sobre em tema em pesquisa, intitulado "Idosos". São oito Sequências Discursivas, descritas abaixo:

SD 03: Considerando que, até 2030, o Brasil será um "País idoso", quando a população acima de 60 anos superará a de 15 anos, e que as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira se refletem mais severamente entre essa população idosa, o PSB propõe a construção de políticas públicas orientadas para a superação das debilidades históricas da rede de proteção e de acolhimento à pessoa idosa.

SD 04: Ressalte-se que existem instrumentos importantes para a implementação de programas e políticas públicas para o idoso, como os Conselhos e Fundos (nacional, estaduais e municipais), que devem ser estimulados e multiplicados por todo o Brasil.

SD 05: O PSB propugna uma agenda de políticas públicas, que são necessárias à manutenção e ampliação de programas de apoio à Saúde, como o fornecimento gratuito ou subsidiado de remédios para doenças crônico degenerativas e a ampliação dos espaços de atendimento geriátrico no SUS.

SD 06: O PSB defende o aumento dos investimentos em pesquisas médicas, odontológicas e psicológicas, para superação de enfermidades físicas, neurológicas e mentais, características da velhice, por exemplo, por meio de abertura de editais nos órgãos de fomento específicos para essas áreas.

SD 07: O PSB reitera preceito inscrito na Política Nacional do Idoso, de que o acolhimento familiar deve ser estimulado sobre qualquer outro. No entanto, para as pessoas idosas que não o possuem, é fundamental humanizar as casas-lares, orientando e incentivando a implantação de atividades lúdico educativas intergeracionais em convênio com escolas e abrigos infantis.

SD 08: O PSB defende que a velhice seja reconhecida como uma etapa da vida com possibilidades e que seja desmistificada a ideia do idoso incapaz, por meio de ações que visem a inclusão da pessoa idosa na sociedade, inclusive com qualificação digital, como forma de evitar e eliminar a exclusão, mediante programas que reduzam os impactos naturais da senescência. Se lhes trouxer felicidade, o Estado deve assegurar aos idosos a inserção no mercado de trabalho.

SD 09: Os socialistas defendem políticas públicas de acolhimento e reeducação, que garantam à população idosa anos tranquilos de vida com suas famílias, ou, alternativamente, em ambientes sociais que respeitem suas limitações e lhes garantam conforto e saúde. Opções como casas de apoio ou condomínios de idosos, sob responsabilidade do Estado, com plena acessibilidade, devem ser concretizados.

SD 10: É importante, ainda, garantir às pessoas idosas uma renda justa, que possa lhes propiciar o acesso a bens disponibilizados à sociedade, possibilitando-lhes uma vida ativa e feliz, com acesso à cultura, às artes e a outras atividades que lhes assegurem uma vida decente e plena.

Tanto a Sequência Discursiva 03 como a Sequência Discursiva 08 colocam as pessoas idosas em uma condição de centralidade. Primeiro, ao reforçar as informações já mencionadas no capítulo de introdução deste estudo, sobre o crescimento da população idosa. Ou seja, não será um público à margem. Mas que, ao contrário disso, terá grande representação no número total de brasileiros. E, em segundo lugar, como é o caso da SD 08, procurando empoderar os idosos e os afastando da situação estereotipada de fragilidade. As demais sequências discursivas, ainda que se refiram às condições de tratamento dos idosos, são SDs que valorizam os aspectos de cidadania relacionados a esse público. Logo, colocam as pessoas 60+ em uma situação de centralidade junto à sociedade, sem os deslocar para um lugar de estorvo.

O partido Solidariedade, assim como o PSB, também possui um capítulo específico dedicado às pessoas idosas, denominado de "Idosos". Vale lembrar que, de acordo com o Estatuto do Idoso, que trata da nomenclatura correta a ser empregada, quando fizer menção às pessoas 60+, de acordo com o Projeto de Lei nº. 3.646, de 2019, as expressões "idoso" e "idosos" devem ser alterados pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente. Nem o PSB e nem o Solidariedade corrigiram os termos em seus programas partidários.

Ainda assim, o Solidariedade, na Sequência Discursiva 11, tem um olhar bastante propositivo e de empoderamento das pessoas idosas:

> SD 11: Envelhecer com dignidade é um direito garantido pelo Estatuto do Idoso, contudo essa população muitas vezes se encontra em invisibilidade social, sem que sejam reconhecidos seus potenciais nas esferas do conhecimento e da troca cultural, da economia e da política. Garantir o direito dos idosos de hoje se desdobra em qualidade de vida para muitas gerações que ainda virão.

Complementando essa sequência discursiva, o Solidariedade é o único dos partidos que apresenta um plano de ação com propostas voltadas às pessoas idosas, nos âmbitos municipal, estadual e federal, com apresentação de propostas. No total, são quarenta e cinco projetos nas três esferas públicas. Elas se dividem em ações de atendimento necessário e de empoderamento do segmento etário 60+, voltadas especialmente à saúde, à promoção da qualidade de vida, à mobilidade urbana, ao

convívio geracional, ao lazer e ao turismo, ao atendimento de pessoas que tenham déficit educacional, entre outros.

O quadro a seguir ajuda a compreender melhor a situação dos partidos. Através dele, fica muito evidente de perceber a ausência de projetos relacionados às pessoas idosas e a consequente condição de silenciamento em relação a esse segmento etário.

Quadro 1: Partidos políticos e seus sentidos discursivos em relação às pessoas idosas

Partido	**Possui *site*?**	**Possui projetos relacionados às pessoas idosas?**	**Qual o sentido discursivo em relação às pessoas idosas?**
Agir	Não	Não	Silenciamento
Avante	Sim	Não	Silenciamento
Cidadania	Sim	Não	Silenciamento
DC	Sim	Não	Silenciamento
Democrata	Sim	Não	Silenciamento
MDB	Sim	Não	Silenciamento
Missão	Sim	Não	Silenciamento
Novo	Sim	Não	Silenciamento
PCB	Sim	Não	Silenciamento
PC do B	Sim	Não	Silenciamento
PCO	Sim	Não	Silenciamento
PDT	Sim	Não	Silenciamento
PL	Sim	Não	Silenciamento
PMN	Sim	Não	Silenciamento
Podemos	Sim	Não	Silenciamento
PP	Sim	Não	Silenciamento
PRD	Sim	Não	Silenciamento
PRTB	Sim	Não	Silenciamento
PSB	Sim	Sim	Empoderamento
PSD	Sim	Não	Silenciamento
PSDB	Sim	Não	Silenciamento
PSOL	Sim	Sim	Estereotipagem
PSTU	Sim	Não	Silenciamento
PT	Sim	Sim	Estereotipagem
PV	Sim	Não	Silenciamento
Rede	Sim	Não	Silenciamento
Republicanos	Sim	Não	Silenciamento
Solidariedade	Sim	Sim	Empoderamento
União Brasil	Sim	Não	Silenciamento
UP	Sim	Não	Silenciamento

Fonte: elaborado pelo autor

Considerações finais

De acordo com a legislação eleitoral brasileira, nenhum candidato pode concorrer a qualquer cargo – seja no executivo ou no legislativo –, se não estiver vinculado a algum partido político. Ou seja, os partidos políticos estão no centro de funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. São eles que organizam candidaturas e servem de base e de orientação aos candidatos. Por isso, devem possuir valores, princípios, propostas partidárias, para que as pessoas possam se identificar com o partido e defender uma causa ou um determinado tema.

Como vimos, porém, muitos dos partidos brasileiros sequer possuem um programa partidário claro. Isso acaba contribuindo para a crise do sistema representativo, apontado por Manin (1995), de que os eleitores não se identificam com os partidos políticos ou seus candidatos, porque não se sentem representados. Ainda mais no caso do objeto desta pesquisa, em que mais de 20% da população e do eleitorado brasileiro possui acima de 60 anos, mas nem mesmo são mencionadas nos programas partidários.

Como afirmam Preston e Biddell (2021), o envelhecimento consiste em um declínio fisiológico progressivo no ser humano. Especificamente nas políticas públicas, o envelhecimento causa impactos como o aumento na procura por serviços de saúde, diminui a quantidade de contribuintes e aumenta a quantidade de beneficiários, aumenta a necessidade de políticas de proteção social e de atendimento a pessoas idosas em condição de vulnerabilidade, as cidades precisam se adaptar ao envelhecimento populacional e oferta de transporte público adequado, há a necessidade da existência de políticas que estimulem a educação continuada e de inclusão digital dos idosos de maneira a estimular a autonomia das pessoas 60+, entre outras preocupações. Ou seja, problemas e demandas existem para que os partidos e candidatos tenham um olhar para as pessoas idosas.

Entretanto, como se pode observar, por parte da grande maioria dos partidos políticos, não há uma centralidade em torno da figura das pessoas idosas, nas propostas disponibilizadas nos *sites* desses partidos. Conforme a Análise de Discurso, há uma relação da linguagem com a sua exterioridade. No caso específico deste estudo, as propostas dos partidos deveriam levar em consideração esse fator de exterioridade, que é o crescimento da população de idosos no país. Ao não fazerem isso, ao silenciarem, só reforçam a opinião de Pitanga (2006), para quem o lugar reservado ao idoso vem sendo

o de um não-lugar. E é um tema de extrema relevância, que não interessa diretamente apenas os idosos. Há toda uma rede de apoio e até de dependência em torno deles, formada por parentes, amigos e pela sociedade em geral.

O silenciamento que se observa é realmente preocupante, pois não é somente um problema de etarismo. É, também, um problema de comunicação como um elemento de transformação social, uma vez que a circulação de informações e ideias pode influenciar opiniões, mobilizar pessoas e promover mudanças sociais.

Referências

BALDISSERA, Rudimar; SARTOR, Basílio; ROSSATO, Jean. Comunicação e interesse público: a triangulação "iniciativa privada – poder público – comunidade". **Revista ALCEU**, n. 32, jan./jun., p. 207-224, 2016.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Brasil envelhece antes e pós-PNI. In: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KALACHE, Alexandre. **A revolução da longevidade**. Belo Horizonte: Vestígio, 2025.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.

MATOS, Heloísa. **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA-USP, 2011.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In.: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PORTAL DE DADOS ABERTOS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em dadosabertos.tse.jus.br. Acessado em 19 abr. 2026.

PRESTON, Joana; BIDDELL, Bryonnie. Medicina em idosos: a fisiologia do envelhecimento e como essas mudanças afetam os idosos. **Revista Medicamento**, v. 49, ed. 1, jan. 2021, p. 1-5.

RELATÓRIO DE PROGRESSO SOBRE A DÉCADA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021-2023. Resumo executivo. (2024). Disponível em: www.paho.org/pt/documentos/rela-torio-progresso-sobre-decada-do-envelhecimento-saudavel-das-nacoes-unidas-2021-2023. Acessado em 18/abr./2026.

SCHIAVO, Marcio R; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SILVA, Nayara Nardine Lindoso da; XAVIER, Monalisa Pontes. A terceira idade como foco das propagandas midiáticas de consumo. **Psic. Rev**. São Paulo, volume 21, n.2, 203-215, 2012.

WALLERSTEIN, N.; BERNSTEIN, E. Introduction to community empowerment, participation, education, and health. **Health Education Quarterly**: Special Issue Community Empowerment, Participatory Education, and Health - Part I. v. 21, n. 2, p. 141-170, 1994.

WOLTON, Dominique. Las contradiciones de la comunicación política. In: GAUTHIER, Gilles; GOSSELIN, André; MOUCHON, Jean (Orgs.). **Comunicación y política**. Barcelona: Gedisa, 1998.